



julho de 2020

Por em pé um movimento por emprego, salário e proteção sanitária!

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Aumenta o número de demitidos na Educação durante a pandemia
- Prefeitura autoriza o corte de salário das trabalhadoras terceirizadas

Publicação conjunta dos estaduais e municipais

POLÍTICA OPERÁRIA

Volta às aulas em setembro:

É preciso organizar a luta para evitar o pior

No dia 07/07, depois da audiência pública com o Secretário da Educação, Bruno Caetano, a SME (Secretaria Municipal de Educação) publicou uma Minuta com o "Protocolo de voltas às aulas". As aulas presenciais, segundo o texto, estão previstas para serem retomadas no dia 08/09. A Minuta estabelece as recomendações que devem ser seguidas tanto pelos trabalhadores da Educação, como pelas famílias e estudantes, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

A Minuta detalha as regras de distanciamento social dentro das escolas (no mínimo 1 metro de distanciamento em todos os ambientes), a higienização, tanto pessoal quanto do espaço físico e o controle do fluxo de estudantes, na entrada, saída e intervalos. Além disso, prevê formação para os profissionais, para que possam lidar com casos suspeitos de contaminação dentro da escola e suposta recuperação de aprendizagens.

Trata-se de uma orientação que vem de cima para baixo. Na rede estadual, por exemplo, a linha adotada é praticamente a mesma. Está expressando o triunfo do realismo capitalista do direitista Bolsonaro, revelado de forma ainda mais crua pelo prefeito de Itabuna-BA, o qual confirmou a abertura do comércio "morra quem morrer". O teatro montado por Doria e Covas, que inicialmente tentaram se distinguir do presidente, agora está desfeito. Estão todos alinhados em favor da ruptura da quarentena.

Qual será o resultado disso? A Prefeitura de SP vem há anos diminuindo o número de funcionários dentro das unidades escolares, desde o corpo docente até o quadro de apoio. Em 2019, diminuiu drasticamente o número do pessoal da limpeza. Para o retorno em setembro, teremos ainda o desfalque por conta dos funcionários que estão no grupo de risco. A SME nem cogitou a hipótese de novas contratações.

Desse modo, com tais condições concretas, a

Minuta inviabiliza o retorno seguro aos estudantes e trabalhadores em setembro, piorando e muito o cenário atual, que já é tenebroso. Segundo o Sindsep (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais), o número de mortes provocadas pelo COVID-19, no período de março até 15 de junho, foi de 93. Desse total, 42 são da Educação, 37 da Saúde, 6 da GCM, 4 do setor funerário e 4 são de outros setores. Vale ressaltar que o relaxamento imposto por Covas e Doria foi anunciado num momento ascendente da curva, ou seja, com um risco de infecção muito superior do que no começo da crise. A tendência é de que essa ameaça se reflita em todo o País.

Está aí a lição fundamental que devemos extrair da experiência concreta com esta pandemia: somente os trabalhadores e as comunidades devem decidir se há condições ou não para a retomada das atividades. Os explorados jamais podem colocar o seu destino nas mãos da classe inimiga. E para atuar com independência de classe, não podemos estar dissolvidos como categoria, fora dos nossos locais de trabalho, caso contrário, não conseguimos nos erguer como força social coletiva para enfrentar os ataques da patronal e do Estado.

A Corrente Proletária na Educação exige que as direções do Sinpeem, Apeesp e demais sindicatos, incluindo a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) saiam do imobilismo, abram suas instâncias e convoquem as reuniões de base, com vistas na construção das assembleias.

De nada adianta dizer que as ações presenciais nos exporiam ao risco de contágio. É preciso encarar o problema de frente: o isolamento social, que sempre foi parcial, agora foi rompido por completo. Sem a resistência unitária dos trabalhadores e famílias, prevalecerá o plano de retorno ditado pelo poder econômico. Aí sim o resultado será desastroso, com uma infinidade de contaminados e mortos.

Prefeitura autoriza o corte de salário das trabalhadoras terceirizadas

Bruno Covas/PSDB tem avançado na aplicação da reforma trabalhista e da lei da terceirização, intensificando o processo de precarização do trabalho das equipes terceirizadas. No final de 2019, houve uma brutal redução das equipes de limpeza nas escolas, em função de uma nova normatização técnica, que passou a calcular o número de profissionais por metro quadrado, desconsiderando todo o contexto escolar (número de alunos atendidos e o número de turnos de funcionamento da unidade).

Com a instituição do teletrabalho aos servidores a partir de março/2020,

mais ataques foram sendo desfechados aos trabalhadores terceirizados, principalmente a partir do Decreto nº 59.321 de 01/04/2020, que autorizou medidas excepcionais no âmbito dos contratos administrativos de prestação de serviços, em acordo com a Medida Provisória nº 936/2020, levando a uma nova redução e fixando o número de um funcionário ou posto para execução dos serviços de limpeza nas escolas. Esta nova redução se deu de formas diversas, pois as empresas tiveram autonomia para decidir se iriam demitir, suspender temporariamente os contratos ou

reduzir salário.

Agora, em julho, fomos surpreendidos com o corte total dos salários de algumas funcionárias, mesmo ainda estando vinculadas à empresa – fato relevante, pois estas trabalhadoras ficarão sem o salário e nem sequer terão a possibilidade de solicitar o auxílio emergencial do governo federal.

A Corrente Proletária defende a manutenção dos empregos e salários de todas as trabalhadoras terceirizadas, bem como a sua efetivação e estabilidade no emprego. Abaixo a terceirização!

Aumenta o número de demitidos na Educação durante a pandemia

A partir de março, com o início da pandemia, professores e alunos foram colocados em quarentena e obrigados a substituir as aulas presenciais pelo Ensino à Distância (EaD). Não se tinha ainda uma previsão da duração do período de isolamento, mas, depois de cerca de quatro meses de aulas suspensas, vem à tona uma das mais graves consequências da crise sanitária, que é o desemprego em massa, do nível básico ao universitário, na rede pública e na privada.

Segundo a Apeoesp (sindicato dos professores da rede estadual de SP), mais de 35 mil trabalhadores da rede sofrem com a falta de aulas, ficando sem salário, situação que atinge principalmente os professores temporários (Categoria O) e eventuais (categoria S e V), sem ao menos ter direito ao mísero auxílio emergencial de R\$ 600,00.

Na Educação privada, a situação não é diferente. Sem as aulas presenciais, a inadimplência se ampliou e o pagamento dos salários começou a ser prejudicado.

Na Uninove, mais de 300 professores souberam da demissão através da plataforma on-line. O grupo Laureate, que controla a FMU e a Anhembi Morumbi, dentre outras, demitiu mais de uma centena professores da modalidade EaD. Na Unicsul, a massa de desempregados pode ser superior a 30% do corpo docente. Outras universidades, como a Sumaré e a UNIP, estão forçando seus professores a aceitarem a redução de jornada com redução de salário

para o próximo semestre.

Como se vê, os monopólios educacionais e os governos estão se aproveitando da crise pandêmica para cortar gastos e aprofundar o uso do EaD.

Diante do quadro sombrio de demissões, redução salarial e completo descaso com os temporários, a resposta das direções sindicais deveria ser a de organizar os explorados para derrotar a ofensiva patronal e dos governos. Porém, não têm movido uma palha nesse sentido. Como se colocaram debaixo da política burguesa do isolamento social, ficaram de mãos atadas para atuar contra os ataques. Pior, algumas têm feito barganha com os empregos, procurando “conquistar cláusulas mais favoráveis”, recorrendo às medidas judiciais.

O papel mais elementar que as direções sindicais deveriam cumprir era o de rejeitar energicamente as demissões, seguindo o princípio de que emprego não se negocia, defende-se com luta. A via das petições e atividades virtuais são inócuas, tal como o recurso à Justiça burguesa. A Corrente Proletária na Educação defende a convocação das assembleias e comitês presenciais, com a mais ampla unidade dos assalariados, para erguer a resistência coletiva. Ao mesmo tempo, coloca a necessidade de formar as frações revolucionárias no seio de cada categoria, para enfrentar a burocracia corrompida e, assim, retomar os sindicatos como ferramenta de luta.

Governo estadual pressiona os trabalhadores a preencherem um questionário sobre a participação dos estudantes

A maioria dos estudantes da rede sequer acessou a plataforma on-line, evidenciando o fracasso do governo de São Paulo na implementação do EaD durante a pandemia. Vale lembrar que a pandemia apenas acelerou a sua generalização, sendo que a tentativa de o implementar vem de tempos atrás.

Os interesses dos capitalistas do setor e dos governos são, em síntese, reduzir gastos, aumentar o controle ideológico e esvaziar os movimentos sindical e estudantil.

Sendo assim, diante da reduzida adesão, o governo enviou um questionário para que os professores preenchessem, aluno por aluno, sobre a participação dos estudantes nas atividades on-line. É evidente o objetivo de transferir a responsabilidade do fracasso para os

docentes, como se estes não tivessem se esforçado para integrar os jovens ao EaD. O risco de o governo usar esses dados contra o próprio magistério é muito grande.

A Corrente Proletária rechaça o questionário, bem como a própria concepção de EaD. Defende a organização coletiva para barrar a sua implementação. Partindo dessa concepção, rejeitamos também a atitude da direção da Apeoesp, que soltou apenas uma nota falando da não obrigatoriedade de se responder ao questionário, o que, na prática, coloca uma saída individual. Está errado! O método correto é a convocação da assembleia da categoria, para que esta aprove um plano de ação coletivo para enfrentar esse e os outros problemas enfrentados pelo professorado.

29 de julho – Dia estadual de luta

Que a direção da Apeoesp instaure a assembleia geral, para a categoria decidir as reivindicações e os métodos de luta!

Mobilização em defesa dos contratados em Mauá

A Corrente Proletária/POR, faz parte da coordenação da subsele e tem insistido na organização do Comitê presencial para impulsionar a luta por emprego e demais reivindicações do magistério. As demais correntes de oposição que compõem a Coordenação – PSOL e simpatizantes, LOI e Arma da Crítica - seguiram a orientação geral da burocracia da Apeoesp de montar comitês on-line para fazer reuniões e entregar cestas básicas para os professores contratados em situação precarizada.

Diretoria e correntes de oposição, assim, estão debaixo da política burguesa do isolamento social. Como consequência, só podem assumir a tática do recuo da luta presencial. No entanto, conforme avançou a crise econômica, os defensores do “Fique em Casa” se viram forçados a engolir duas atividades presenciais aprovadas na Reunião de RE. Os atos em frente à Diretoria de Ensino e à Seduc (Secretaria de Educação) visavam cobrar as principais reivindicações dos professores que são: direito à participação das atribuições de aulas, um salário por 24 h/aulas e direito à saúde com o acesso ao IAMSPE, hospital do servidor público.

O não comparecimento às atividades escancarou o apoio demagógico por parte da representante da diretoria da Apeoesp, bem como das correntes de oposição que compõem a coordenação.

Participaram do ato em frente a Seduc, em 02/07, professores categoria O sem aulas com contrato ativo, militantes da Corrente Proletária na Educação, Oposição Revolucionária, Esquerda Marxista, Lute, Unidos, assim como professores independentes. Também compareceram funcionários de escola ligados à Afuse e à Corrente Proletária.

No entanto, conforme avançou a crise econômica, os defensores do “fica em casa” se viram forçados a aprovar duas atividades presenciais para cobrar a Diretoria de Ensino e a Secretaria de Educação. As principais reivindicações eram: direito às aulas para os contratados e candidatos à contratação, além do direito à saúde, com o acesso ao IAMSPE (hospital do servidor público).

O grupo foi atendido por um representante do governo, o qual afirmou que a presidenta da Apeoesp já estava ciente de que era preciso alterar a legislação para modificar essa situação. A burocracia sindical sabia das atividades e não compareceu. Espertamente, fez reunião virtual com o Secretário no mesmo horário. Pensava em capitalizar alguma esmola para os contratados, para futuramente se

vangloriar na campanha eleitoral. Porém, o governo se manteve duro e a burocracia voltou de mãos vazias.

Tentativa de cooptação da mobilização pela direção majoritária

Interessada em impulsionar a campanha eleitoreira pelo “Fora Bolsonaro”, a burocracia sindical resolveu chamar os professores contratados que iniciaram o movimento para uma reunião on-line. Quase 700 professores ficaram assistindo o desabafo patético e a impotência da presidenta diante dos problemas, que são vários: extinção da Lei nº 1093, que rege a contratação dos professores categoria O e a não garantia de que a Casa Civil faça outra melhor; não aprovação do concurso; confisco de 3% para o SPPREV, que recai sobre os aposentados e os da ativa; retorno às aulas em setembro etc.

A presidenta concluiu dizendo que, por ser parlamentar, fez um PL que será apreciado na Assembleia Legislativa. Ou fará uma emenda ao PL da Casa Civil. Como medida de pressão para acelerar esse processo, ela propôs uma carreata e um Dia Nacional de Luta. Usou como exemplo a greve dos motoboys, que tomaram as ruas com as suas motos e bicicletas.

Depois do desabafo, a burocracia abriu as inscrições. Percebeu que centenas de professores perguntavam sobre

o pagamento das aulas, que está atrasado, sobre o pedido de abono emergencial e uma autorização da Secretaria para o professor categoria V, sem portaria aberta, participar das atribuições. Nada disso foi efetivamente respondido, restando a proposta da própria burocracia (carreata e Dia Nacional de Luta, além do inócuo jogo parlamentar). Ignorou propositalmente a inscrição da Corrente Proletária até o final do debate, atitude que demonstra, mais uma vez, a ausência de democracia sindical e, ao mesmo tempo, a limitação das discussões virtuais.

Quais lições devemos extrair dessa mobilização?

Governo e Parlamento estão unidos contra os trabalhadores, como sempre estiveram. Seria necessário reunir uma força social mais abrangente, com ações massivas e radicalizadas para realmente conseguir defender os trabalhadores efetivos e contratados, empregados e desempregados, numa luta só.

Apesar dos atos organizados pelos camaradas de Mauá terem sido pequenos, serviram para mostrar o método correto de pressão sobre o governo. O erro está na conduta da direção estadual do sindicato, que se nega a convocar a assembleia presencial e a mobilizar a categoria de verdade. As ações virtuais e negociatas via Parlamento e Justiça são o caminho da derrota.

Trabalho remoto dos funcionários leva ao corte do vale-transporte

Em 29 de abril, o governo Doria publicou uma resolução que justifica a presença dos funcionários (agentes de organização, secretários) nas escolas estaduais, para “distribuição de livros” e oferecer “alternativas tecnológicas” (como se as escolas fossem dotadas de tais recursos! No mundo real falta até papel higiênico...). A manobra utilizada pelo governador foi transformar a atividade dos funcionários em atividade de “natureza essencial”.

A resolução deixa a critério da direção da escola os dias em que o trabalho será presencial. Algumas escolas escolheram trabalhar 2 dias, outras 3 e assim por diante. Porém, tudo isso foi feito sem esclarecer à grande maioria que não ir todos os dias implicaria no desconto do vale-transporte. Agora, no mês de julho, os salários vieram com

a redução. Vale ressaltar que, dado o montante miserável pago aos funcionários, essa diferença assume um peso significativo! E os funcionários ainda arcam com os custos do trabalho remoto, como a energia elétrica e o Wi-Fi.

É preciso combater essa e todas as outras medidas diretas ou indiretas de redução salarial. Está colocada a tarefa de lutar por um salário mínimo vital, que cubra todas as necessidades do trabalhador e sua família. Esta é uma reivindicação que unifica funcionários, professores e as comunidades. O método para arrancar essa reivindicação só pode ser o da ação direta, com independência de classe. A Corrente Proletária exige que os sindicatos aprovem um plano emergencial, que tome como ponto de partida a defesa dos salários, ao lado da defesa dos empregos, direitos e da Educação e Saúde públicas!

Por em pé um movimento por emprego, salário e proteção sanitária!
Que as centrais e sindicatos convoquem as assembleias
Unir empregados e desempregados, trabalhadores formais e informais!